

PREFÁCIO

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA FRENTE À PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA*

Carlos Henrique de Carvalho¹

O analfabetismo foi visto como fator gerador de problemas econômicos e sociais no Brasil no fim de século XIX e no século XX. Inversamente, a educação escolar foi vista como fator central para que esses países progredissem e se modernizassem. Alvo do descaso das duas monarquias, a educação do povo, ou a extinção do analfabetismo, esteve na pauta dos agentes políticos da primeira República brasileira. A autonomia relativa e os princípios de descentralização advindos do governo republicano puseram em pauta a instrução pública, que ganhou importância, pelo menos discursivamente, na estruturação política, econômica, social e cultural de ambos os países. Ela se alinhava aos ideais de democracia, progresso e ordem — princípios do liberalismo. Passou a ser vista pela elite governamental como via de ascensão social e sustentação do chamado Estado democrático de direito.

Fosse contrária ou favorável a posição da maior intervenção do Estado na sociedade, pode-se dizer que a crença no poder da educação como formadora da consciência do país, de preparação para a democracia e para o progresso material era disseminada entre as elites; e a República apareceria como sistema político apto a oferecer as luzes ao povo, sobretudo pela educação, com seu poder civilizatório. Esta passou a ser tida como direito do cidadão, e aí se assentaram os debates sobre educação municipal como forma de o local promover e propiciar a todos o acesso a essa condição essencial ao exercício da cidadania. Pensada e construída com iniciativas dos municípios, a escola se configurou como estrutura base para se garantir localmente os princípios uni-

*DOI – 10.29388/978-65-86678-78-9-0-f.11-22

¹Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: carloshcarvalho06@yahoo.com.br

versais da cidadania. Logo, “[...] como se trata de um direito, é preciso que ele seja garantido e para isto a primeira garantia é que esteja inscrito em lei de caráter nacional”.² A razão educativa, associada à cultura escrita e à emergência da escola foi objeto da ação do Estado. Correlativamente, a escola foi estruturada nos planos curricular e pedagógico, sendo objeto de concertação entre as esferas estatal, social e confessional.

Já no século XXI, dentre as questões que mais preocupam aqueles que lidam com a educação, encontram-se aquelas ligadas à qualidade da educação oferecida à população escolar, o que é amplificado pelos resultados dos exames internacionais tipo PISA, ou nacionais, como Prova Brasil, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Tais resultados não têm ratificado desempenho adequado dos estudantes que frequentam os sistemas de ensino brasileiros. Por outro lado, as críticas constantes dos setores econômicos relacionadas também à qualidade dos profissionais que adentram o mercado de trabalho colocam mais um elemento de pressão sobre os responsáveis pela educação nacional, tanto no interior das salas de aula como nos gabinetes dos que planejam e implementam as propostas de reforma da estrutura educativa do País.

Para assegurar a educação como um direito de todos, houve uma maior definição dos marcos legais garantidores da efetivação e da efetividade do direito à educação pública de qualidade, o que remonta, sobretudo, à promulgação da Constituição de 1988, da LDB de 1996 até chegarmos às emendas sofridas pela nossa Carta Maior e àquelas infraconstitucionais no interior da própria Lei de Diretrizes e Bases nos últimos anos. Neste âmbito, no entanto, a novidade é a recente aprovação e publicação do Plano Nacional de Educação, lei n. 13.005/2014, que, com suas 20 metas e estratégias, visa criar condições para um efetivo estabelecimento de um Sistema Nacional de Educação no Brasil.

Também no campo da pesquisa em educação podemos identificar muitos avanços. No Brasil, os pesquisadores da educação desenvolvem estudos no sentido de identificar os dilemas da Educação Básica e da Educação Superior. Entre outros estudos, muitos se articulam às problemáticas de âmbito macror-

² Cury, Carlos Roberto Jamil. Legislação educacional brasileira. Rio de Janeiro: dp&a, 2000, p. 8.

regional e nacional, que remetem para as características formativas de cada região, isto é, a forma de organização política, as motivações para a criação das instituições escolares, bem como das disciplinas e das práticas de ensino.

Exemplo é o expressivo do número de Programas de Pós-Graduação em Educação recomendados pela CAPES e a consequente ampliação do quadro de pesquisadores e alunos que pesquisam os mais diversos aspectos da experiência escola – sejam relacionadas ao ensino e ao aprendizado, sejam relacionadas à gestão ou à avaliação educacionais. Além disso, há várias instituições de pesquisa que articulam tais pesquisadores e modos diversos de publicação dos resultados das investigações realizadas. A par disso, não menos importante, é o papel fundamental de tais Programas e Pesquisadores no estabelecimento, na operacionalização e na avaliação de políticas e ações no âmbito da educação básica e superior no Brasil.

Ressalte-se, ainda, que há um reconhecimento do conjunto da sociedade brasileira, aí incluída a própria comunidade científica nacional, da importância da educação, sobretudo básica, para a garantia de um desenvolvimento econômico e social sustentável e na formação de cidadãos e trabalhadores que atuem no fortalecimento da vida democrática em nosso país. Tal reconhecimento é ratificado pela mobilização para aprovação do Plano Nacional da Educação e na inclusão da Educação Básica como capítulo importante do Plano Nacional de Pós-Graduação e no Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

No entanto, apesar destes importantes avanços, as mais diversas avaliações realizadas, tanto em nível nacional quanto internacional, demonstram que a qualidade da educação brasileira está aquém das necessidades de nosso tempo e daquilo que merecem e precisam os cidadãos brasileiros. É perfeitamente sabido que, se avançamos na inclusão e permanência das crianças e jovens na escola, ainda há muito que avançar no que se refere à oferta de uma escola de qualidade para todos. Outras dimensões do problema têm sido tratadas por especialistas e remetem a níveis também essenciais no processo de transformação de nossa educação. Referimo-nos aos diagnósticos que colocam no cerne da aprendizagem a eficiência, sem desconsiderar os demais fatores, as questões relacionadas à gestão da educação e do trabalho docente.

A gestão da educação, compreendida numa dimensão ampla, que contém e excede as unidades escolares, requer a criação, manutenção e dinamização das condições de ensino-aprendizagem, nos vários níveis e nas diferentes etapas e modalidades de ensino público e particular, nas instituições escolares e não escolares envolvidas com a educação, em espaços diversificados que exigem flexibilidade e pluralidade de gestores, como a sala de aula, as bibliotecas, os laboratórios, os espaços de lazer e recreação, as atividades e eventos voltados para o aprimoramento do trabalho educativo, o espaço virtual, etc.

Da mesma forma, a função do professor, que ainda mantém sua centralidade no processo de ensino-aprendizagem, precisa ser constantemente reavaliada e “redesenhada”, para continuar dando conta dos desafios que se apresentam no dia a dia desse profissional e que vão muito além da sala de aula. Embora essa mesma sala de aula já tenha se tornado num elemento novo, de difícil manejo por parte do professor, em razão da inserção de novas tecnologias e sociabilidades que afetam diretamente seu cotidiano. Mas, complementarmente, o papel do docente tem sido constantemente atingido pelas exigências de qualificação, de atualização constante de conteúdos e de procedimentos metodológicos, de procedimentos burocráticos, além das exigências do mercado que o levam muitas vezes a não vislumbrar alternativas ou caminhos para dar continuidade ou avançar no seu trabalho. Estas condições, somadas às já conhecidas deficiências como a falta de condições de trabalho e baixos salários, têm contribuído para o agravamento do quadro no Brasil, chegando-se a um estado quase alarmante de falta de profissionais ou, pelo menos, de falta destes devidamente qualificados para o desempenho de suas funções.

Sabemos que, hoje, há pouca interação orgânica e sistemática entre as instituições de fomento, os órgãos de gestão e os pesquisadores na definição das necessidades de conhecimento dos sistemas de ensino. Tanto a nível federal quanto estadual, o que se observa é que, ora há a prioridade à definição dos temas pelos pesquisadores, ora pelos órgãos de gestão e muito raramente há encontros sistemáticos para uma definição conjunta destas prioridades. Recorde-se que, em passado, os denominados programas de intercâmbio visavam a busca desta organicidade e sistematização.

Por outro lado, o Plano Nacional de Educação se propõe a criar condições para o efetivo estabelecimento de um Sistema Nacional de Educação para o país; o Plano Nacional de Pós-Graduação propugna pela maior integração entre a Pós-Graduação e a Educação Básica; e, finalmente, o Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, defende que os avanços científicos e tecnológicos necessários à inovação e ao desenvolvimento social sustentável dependem fortemente de uma educação básica de qualidade.

Fazer uma breve explanação sobre a política de financiamento e desenvolvimento científico para o campo educacional, mas tendo em vista que a maioria das pesquisas são oriundas dos Programas de Pós-Graduação. Por isso, este cenário remete-nos às palavras do poeta romano Horácio, ao observar que “as adversidades despertam em nós capacidades que, em circunstâncias favoráveis, teriam ficado adormecidas”, ou ainda, às reflexões do teólogo inglês William George Ward, que dizia “há os que se queixam do vento, os que esperam que ele mude e os que procuram ajustar as velas”. Noutras palavras, é tarefa da futura Coordenação de Área enfrentar os desafios para a melhoria da qualidade da educação brasileira, bem como propor os “ajustes das velas”, necessários, para atender as novas demandas, colocadas pela sociedade do século XXI.

Por isso, neste prefácio apresentamos algumas linhas de ação, as quais julgamos necessárias serem priorizadas pelas agências de fomento, sejam esta de cunho feral (CAPES e CNPq). São preocupações/inquietações em relação, principalmente, à Pós-graduação em Educação no Brasil, dada sua amplitude, complexidade e diversidade. Por estas razões, entendemos que a política de expansão da Pós-graduação brasileira foi bastante exitosa ao longo das duas últimas décadas, porque houve um crescimento muito significativo de Programas de Pós-graduação em todas as regiões do País. Porém, se por um lado, constata-se o aumento inequívoco da abrangência dos cursos stricto sensu em praticamente todas as regiões; por outro, ainda persistem algumas assimetrias, tanto no que se relaciona às disparidades regionais, como também no quesito qualidade dos cursos de mestrado (acadêmicos e profissionais) e doutorado. Assim, cabe agora dar continuidade ao processo de ampliação da Pós-graduação, mas procurando sedimentar condições para o cumprimento

das metas fixadas pelo Plano Nacional de Pós-graduação, pois ampliá-la e qualificá-la é condição sine qua non ao desenvolvimento sustentável do País, se se considerar que é, sobretudo, no âmbito dos Programas de Pós-graduação que são debatidos os problemas crônicos que ainda afligem a sociedade brasileira. Como exemplo, os relativos às imensas diversidades regionais (econômicas, sociais, culturais, educacionais, etc.), as quais colocam constantes desafios aos propositores das políticas públicas para o País. Por isso, o enfrentamento destas situações implica em promover uma maior inserção da Pós-graduação nos debates sobre as políticas para o desenvolvimento do Brasil. Nesse sentido, cabe à Pós-graduação brasileira papel de relevo, pois, se por um lado, deve ser mais ouvida, quando da discussão das proposições ligadas aos encaminhamentos das possíveis ações; por outro lado, é necessário que a Pós-graduação seja mais propositiva, isto é, elabore propostas e medidas que visem estabelecer diretrizes à ampliação da qualificação profissional, bem como indicar os parâmetros para aprimorar os mecanismos e instrumentos à qualificação da produção científica e tecnológica, tendo em vista a promoção do crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Fatores esses essenciais à redução das desigualdades regionais, ou melhor, à diminuição das nossas assimetrias.

Muitas dessas preocupações já foram identificadas pela Área de Educação, principalmente, quando examinamos o lastro de produção científica dos professores e alunos dos Programas de Pós-graduação em Educação. Contudo, tendo em vista a prioridade dada à educação, o foco da política de financiamento da área deverá recair sobre alguns desafios, a serem enfrentados nos próximos anos que, a nosso ver, estão definidos em torno de 4 vetores principais, quais sejam: 1) política de avaliação da Pós-graduação; 2) medidas para a promoção da internacionalização da pós; 3) estabelecimento de mecanismos, visando promover a inter e multidisciplinaridade; 4) maior integração entre a Pós-graduação com a Educação Básica. Para tanto, caberia às agências de fomento articular ações/negociações, objetivando uma melhor definição de como esses vetores impactarão no aprimoramento da produção/qualificação

do conhecimento produzido e, conseqüentemente, sua contribuição ao desenvolvimento nacional.

Esses 4 eixos são definidores da política nacional de Pós-graduação, mas sua efetivação, exigirá ações no sentido de se promover a consolidação e implementação das seguintes diretrizes, como desdobramentos dos referidos eixos: a) relação mais orgânica com as políticas de pesquisa do País; b) maior aderência da área ao Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG); c) estabelecimento de uma política científica para a área de Educação (de curto, médio e longo prazos); d) relação mais próxima com a Educação Básica (formação de professores e gestores educacionais), como parte de uma política científica da Pós-graduação; e) avaliação da Pós-graduação enquanto avaliação de política científica e não apenas dos Programas; f) maior articulação da área com as agências de fomento (CAPES, CNPq e FAPs), bem como maior integração com os CTC-EB e ETC-ES; g) estimular arranjos inovadores intra e interinstitucionais; h) fomentar e articular a criação de mestrados profissionais, buscando priorizar as regiões que ainda carecem desta modalidade de curso de Pós-graduação; i) ampliar o estado da cooperação nacional e internacional dos Programas de Pós-graduação em Educação.

Enfim, diante deste quadro, o desafio posto à próxima Coordenação é mostrar-se pronta e capaz de mediar o diálogo entre a Área de Educação e a CAPES – constituir-se-á num canal de comunicação de suma relevância, mas sem perder do horizonte o espaço demarcado e a definição do campo de atuação da Coordenação de Área frente às demandas do FORPREd –, bem como alinhar procedimentos com as Áreas do Ensino, Multidisciplinar e Ciências Humanas e, em nosso caso, buscar ainda a construção de vias mais seguras para aproximar os 2 CTCs (Educação Básica e Superior).

Se tradicionalmente os programas de pós-graduação em educação mostraram-se resistentes à oferta de mestrados profissionais, temendo a perda da qualidade da formação, as experiências em curso indicam que é possível a qualificação (com qualidade) do professor num programa com esta modalidade, desde que a excelência da proposta curricular e do corpo docente sejam garantidas, residindo aqui uma das principais ações que a Coordenação de Área deve priorizar. Dado que no campo da pós-graduação em educação, ob-

serva-se que as estratégias formativas tradicionais têm se mostrado insuficientes ou inadequadas à contemporaneidade, caberá à Coordenação de Área, em diálogo com a CAPES, bem como com os Fóruns ligados à Educação, estabelecer as diretrizes para o perfil da formação desses profissionais. Nesse sentido, não é concebível a não participação dos programas acadêmicos no debate, ou mesmo que estes não proponham a modalidade profissional. Quebrando, assim, esta nefasta dicotomia que se observa hoje na pós-graduação brasileira. Ou seja, buscar a contínua elevação da qualidade da pesquisa, associada à formação de recursos humanos com a mais elevada qualificação no conjunto dos egressos dos programas de Pós-graduação, sejam oriundos dos mestrados acadêmicos ou profissionais.

Se internacionalização da Pós-graduação for a “palavra de ordem”, não menos importante é sua relação com a Educação Básica, ou seja, de que forma as pesquisas e os profissionais (professores e gestores educacionais) formados interferem no sentido da melhoria da escola brasileira?

Vários fatores continuam a afetar negativamente a qualidade da Educação Básica brasileira. Um conjunto deles está relacionado ao próprio profissional que leciona, desde aquele que atua nos anos iniciais, até os professores do ensino médio. A grande maioria dos professores da educação básica é mal remunerada, trabalha em condições muito desfavoráveis; em geral, teve uma formação inicial insatisfatória, tanto nos conteúdos da disciplina que leciona como no campo didático-pedagógico, e tem poucas oportunidades de continuar sua formação no decorrer de sua vida profissional.

Outro conjunto de fatores está vinculado à escola, o lugar privilegiado para o desenvolvimento da educação das crianças, dos jovens e dos adultos. Sabe-se que, em nosso país, é grande o número de escolas que são desvinculadas das suas comunidades e, até mesmo, vivem em conflito com as mesmas; que possuem infraestruturas físicas precárias; que apresentam problemas na gestão e na formulação e implementação dos projetos político-pedagógicos. Além disso, a duração da jornada escolar das crianças e dos jovens é muito curta, contrariamente às inúmeras recomendações dos estudos educacionais.

No âmbito da sala de aula, ainda prevalece o ensino que privilegia mais os conhecimentos técnicos do que as ideias. Além disso, o uso de diferentes

estratégias pedagógicas, como experimentos e trabalhos em grupo, é prejudicado pela superlotação das salas de aulas. Há, ainda, uma grande fragmentação dos conteúdos, que são apresentados, com frequência, em blocos desconexos, o que leva os alunos a estudá-los dessa forma desarticulada e, quase sempre, com o único objetivo de “obter uma nota na prova”.

A natureza dos processos de ensino e aprendizagem envolve, portanto, considerações para além dos tradicionais argumentos, abordagens e ações voltadas à promoção de atitudes favoráveis à ciência e à tecnologia, ao desenvolvimento de vocações científicas ou à instrumentalização dos indivíduos para uma atuação produtiva na sociedade de base tecnológica.

É necessária, também, a criação de condições efetivas para o desenvolvimento de programas curriculares que traduzam conhecimento gerado pela pesquisa em educação, tais como, as relações entre ciência, tecnologia e sociedade, o ensino por investigação e experimentação, o papel da linguagem e da história e filosofia da ciência para o ensino e aprendizagem.

Deve-se, no entanto, evitar dicotomias que isolam, de um lado, uma educação geral, voltada à formação para a cidadania, e, de outro, uma educação propedêutica, voltada à formação de futuros cientistas. Aqueles que não seguirão carreiras científicas devem se apropriar de conhecimentos científicos e tecnológicos para o exercício de uma cidadania responsável. Da mesma forma, futuros cientistas necessitam compreender seu papel político na elaboração de críticas e de propostas que contribuam para a transformação social.

Neste contexto, é muito difícil analisar qualquer conjuntura ou propor qualquer solução sem considerar a complexidade das inter-relações entre educação e sociedade. Conforme reiteradamente afirmado por pesquisadores, qualquer política educacional para ser efetiva, precisar estar conjugada a outras políticas sociais de combate à pobreza, de maior distribuição de renda e de melhoria das condições de vida das famílias que, hoje, mantêm seus filhos e filhas na escola pública. Para se alcançar uma melhoria efetiva da Educação Básica, a CAPES deverá envidar esforços no sentido de introduzir indicadores de avaliação de resultado, que apontem novas ações indutoras para interação com a EB, como valorização de livros com este foco, materiais instrucionais em diferentes mídias e sistemas de informação que levem aos estudantes da EB

oportunidades de viver ambientes de C, T&I – talvez quando o modelo multidimensional estiver implantado, a partir do próximo quadriênio, a realidade de muitos programas, especialmente dos profissionais, tenham um impacto mais mensurável junto à Educação Básica.

Do mesmo modo, na Pós-Graduação, no que diz respeito aos aspectos inerentes às políticas educacionais, é preciso que avancemos na superação de dificuldades, enfrentadas há anos pelos profissionais da educação, tais como aquelas relacionadas aos currículos, à formação de professores, à formação para o trabalho, à valorização da profissão docente, à diversidade cultural e às tecnologias de informação e comunicação.

É preciso considerar que o quadro de precariedades esboçado acima exige um esforço coletivo, a ser compartilhado por todos os segmentos da sociedade, mas requer, acima de tudo, maior presença da Pós-graduação, tanto no que se refere às discussões sobre as políticas públicas, como duradouras, a serem cumpridas pelos governos federal, estaduais e municipais. Políticas que elevem o investimento em Educação no país, procurando atingir percentuais do PIB, equivalentes aos praticados em países desenvolvidos; que valorizem os educadores, do ponto de vista salarial, das condições de trabalho e de carreira; que desenvolvam formação inicial e continuada de professores para superar o deficit quantitativo desses profissionais em numerosas escolas do país e, mais importante, garantam a qualidade no exercício da docência em todas elas. É urgente que a alfabetização de nossas crianças nos primeiros anos de escolarização seja garantida e é necessário ampliar a jornada escolar dos estudantes para atingir a escola de tempo integral. É inadiável que as condições materiais e a gestão eficiente sejam asseguradas às nossas escolas.

No Brasil, os pesquisadores da educação desenvolvem estudos no sentido de identificar os dilemas da Educação Básica, mas também como desdobramento das temáticas mais específicas nos diversos estados, as quais articulam-se às problemáticas de âmbito macro regional e nacional, que remetem para as características formativas de cada região, isto é, a forma de organização política, as motivações para a criação das instituições escolares, bem como das disciplinas e das práticas de ensino. Ou seja, no Brasil, há um movimento de estímulo às reflexões, produção e difusão de novos

conhecimentos na área da Educação, que abre novos espaços aos pesquisadores, que sofrem, desfrutam, fazem, aprendem, ensinam, ou melhor, contribuem para a compreensão das dimensões educacionais que “delinearam” a fisionomia da educação do século XXI.

Com este horizonte, observa-se a urgência em revisar a atual política de financiamento, seja no sentido de ampliar os recursos, seja na fixação de mecanismos de avaliação da gestão desses recursos. Também terá que demarcar as linhas de transversalidade que alinhavaram a formação da educação brasileira, ao propor e incorporar as “novas abordagens”, os “novos objetos” e os “novos problemas” às pesquisas educacionais. Em suma, busca-se a compreensão das aproximações/tensões entre os vários espaços assimétricos da realidade brasileira e a forma como as questões, ligadas aos problemas educacionais, serão “acomodadas” no decorrer da promoção da educação no interior da sociedade, além de tentar encaminhar ações que visem efetivar melhorias do sistema de ensino no País.

Finalmente, cabe ressaltar a importância da coletânea aqui organizada, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UENP (PPEd/UENP), Mestrado Profissional em Educação Básica, como contribuição ao campo educacional brasileiro, em suas múltiplas dimensões, já que este livro reflete e resalta as inúmeras incertezas, desafios e possibilidades da educação brasileira frente ao papel da nossa pós-graduação, por vezes pouco considerado pelos responsáveis da organização do sistema nacional de pós-graduação, ou mesmo por nossos pesquisadores, mas sobretudo, demonstra a pujança dos colaboradores da obra, em promoverem a disseminação de suas pesquisas junto à comunidade acadêmica e todos os que atuam na educação básica da macrorregião na qual o Programa de Pós-Graduação em Educação da UENP está atuando, bem como suas preocupações com a compreensão do processo de formação dos nossos futuros e atuais professores/investigadores.

Uberlândia, 6 de setembro de 2020.